

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**  
(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Altera o art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o prenome indígena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para dispor sobre o prenome indígena.

Art. 2º O art. 55 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 55. ....

.....

§ 5º É assegurado aos indígenas a indicação de prenomes de acordo com sua etnia, cultura e costumes, sendo vedada a recusa ao registro de que trata o § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O nome é um atributo da personalidade do indivíduo, integrando a sua identidade perante o meio social em que vive. É imperioso, portanto, o respeito à atribuição de prenomes por membros de comunidades indígenas, independentemente de qualquer avaliação por parte do oficial do registro civil das pessoas naturais.

Infelizmente, constata-se ainda a recusa de oficiais ou de seus prepostos em efetuar o registro, valendo-se indevidamente do disposto no art. 55 da Lei de Registros Públicos, sob a alegação de que, não sendo o nome



indicado grafado no vernáculo, é provável que o seu titular venha a passar por situações vexatórias no curso de sua vida.

Exemplo dessa conduta burocrática foi registrada em reportagem da BBC Brasil:

*Nas duas vezes em que foi registrar seus filhos, o engenheiro agrônomo Julio Cezar Inácio ouviu o mesmo argumento: Kasóhn (pronuncia-se Kaxói) e Kãgfér (pronuncia-se Konfer) não eram nomes brasileiros. Criou-se um problema, pois Inácio não só é brasileiro, como é indígena da tribo kaingang. Na língua de seus ancestrais, o nome do mais velho, hoje com 11 anos, significa árvore de espinhos. O do segundo, de 2 anos, significa orvalho.<sup>1</sup>*

O que se observa nesses casos é uma extrapolação da atribuição do oficial de registro que, no afã de assegurar o interesse da criança, erige um obstáculo para a plena vivência da cultura e da cosmovisão de seus pais e da comunidade que integram ou de que são originários.

É verdade que a lei permite que os pais recorram ao juiz, por meio da suscitação de um procedimento de dúvida.<sup>2</sup> No entanto, não se afigura adequado submeter os indígenas, em razão de sua diferente tradição cultural, a desnecessário procedimento burocrático sempre que pretendam preservar os traços característicos de sua origem familiar.

Assim, considerando que o Brasil se orienta pelo princípio da igualdade, admitindo a diversidade inerente às sociedades humanas, e se pauta pela não discriminação em razão de raça, cor e quaisquer outros motivos (CF, art. 3º, IV), é importante reforçar o respeito aos indígenas brasileiros no campo do direito civil.

Ante o exposto, rogo aos ilustres pares o indispensável apoio para a aprovação deste projeto de lei, que submeto à apreciação desta Casa Legislativa.

1 ESCÓSSIA, Fernanda. “Como assim Kãgfér não é brasileiro?": a luta de pais por nomes indígenas e africanos. In: BBC News Brasil. 18 jul. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-36799201>.

2 O § 1º do art. 55 da Lei de Registros dispõe que “[...] quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos”.



Sala das Sessões, em 09 de outubro de 2023.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

2023-14885

